

O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo

Gabriel de Santis Feltran

Pós-doutorando do Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP)

Este artigo examina as fronteiras que circunscrevem o “mundo do crime” (conjunto de códigos e sociabilidades que se estabelecem, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, de roubos e furtos) nas periferias de São Paulo. Trata-se de percorrer a narrativa de um jovem morador dessas áreas, que atravessa diversas vezes estas fronteiras, nos dois sentidos. Estudando seus circuitos, e tendo como base um trabalho etnográfico realizado entre 2005 e 2007, argumento que a compreensão da emergência desse “mundo do crime” remete a, no mínimo, três décadas de crise e deslocamento em esferas externas a ele, como o trabalho, a família e a religião, que associadas de modo específico estruturavam a promessa de mobilidade social nessas periferias. Procuo então verificar como este “mundo do crime”, cujas fronteiras se expandem, passa a disputar espaço nas esferas na definição do que é e do que não é socialmente legítimo.

The article **The legitimate in question: The boundaries of the “world of crime” in poor neighborhoods of Sao Paulo** examines the limits of the “world of crime” (the set of codes and sociability elements locally established around illicit business of drug dealing, robbery and burglary) in poor peripheric areas of Sao Paulo, Brazil. Based on ethnographic fieldwork, it studies the story of a young man who lived in the suburbs and crossed these boundaries several times, in both directions. It also argues that the emergence of this “world of crime” refers to at least three decades of crisis and displacement in the spheres of work, family and religion, which together structured the promise of social mobility for the people that, since the 1960’s, occupied these neighborhoods. Finally, It suggests that the “expansion of the criminal world” in Sao Paulo implies in a dispute on the definition of social legitimacy.

Este artigo examina as fronteiras que circunscrevem o que é chamado de “mundo do crime” nas periferias de São Paulo e propõe uma interpretação de sua expansão recente, argumento que desenvolvi em trabalho anterior (FELTRAN, 2008a). A expressão “mundo do crime”, ou simplesmente “o crime”, é tomada aqui em sua acepção nativa e por isso mantenho sua utilização sempre entre aspas. Essa noção, na perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias de São Paulo, designa o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos. Não trato no artigo, portanto, de quaisquer ambientes ilegais ou criminais, nem de suas dimensões como negócio para além do território estudado.

Recebido em: 25/06/08
Aprovado em: 10/07/08

O exame dessas fronteiras do “mundo do crime”, traçadas no tecido social, não pode ser feito sem que estejam também em pauta as relações que esse “mundo” trava com as dinâmicas sociais consideradas legítimas, como o trabalho, a família, a religião etc. Pois nenhuma fronteira demarca uma divisão estanque entre dois domínios; em vez disso, o que qualquer fronteira procura é regular os modos da relação, os fluxos (de pessoas, mercadorias, discursos etc.) entre eles. Uma fronteira, portanto, designa uma partilha, nos termos de Jacques Rancière (1995, p.7): “partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões”¹. Por isso, para estudar a expansão das fronteiras d’o crime” em São Paulo, é preciso compreender, para além das suas dimensões internas, também as dinâmicas sociais mais amplas, sobre as quais elas se assentam.

Na primeira parte do texto, argumento que a emergência de um “mundo do crime” nas periferias de São Paulo remete a, no mínimo, três décadas de crise e deslocamento nas esferas do trabalho, da família e da religião, que juntas estruturavam a promessa de mobilidade social dos migrantes que, a partir dos anos 1960, ocuparam esses territórios. Na segunda parte, mergulho na narrativa de Pedro, um jovem morador de Sapopemba, na periferia leste da cidade. Obtida em 2005, essa narrativa de vida lida diretamente tanto com família, trabalho e religião, quanto com as fronteiras do “mundo do crime” local, atravessadas diversas vezes, nos dois sentidos. Graças a sua capacidade descritiva, Pedro demonstra os modos como essas fronteiras operam nessas regiões e que funções sociais elas desempenham. Na terceira parte, elaboro notas de síntese da argumentação, que apresentam uma interpretação preliminar da disputa pela legitimidade inerente à “expansão do mundo do crime” nas periferias de São Paulo.

1 Em Rancière (1996a, 1996b) a noção de partilha já está subjacente a sua definição de política, e a mesma chave – formular as polaridades como relação necessária – já era utilizada em Rancière (2002; 2005).

Periferias de São Paulo: a emergência do “mundo do crime”

Nos últimos dez anos fiz pesquisa de campo em algumas regiões da cidade de São Paulo, sempre preocupado com uma mesma questão de fundo: descrever as relações entre as pe-

riferias urbanas e os espaços públicos e, nas transformações dessas relações nas últimas três décadas, perceber que significados políticos têm emergido. Política, nesse contexto, sempre foi compreendida em seu sentido lato, como o jogo de conflitos desencadeados na conformação da cena pública, em sua manutenção e transformação. Em especial nas sociedades com grande assimetria social, reproduzida na estrutura estatal, a política não se resumiria à disputa de poder em terrenos institucionais, mas pressuporia além dela um conflito anterior: aquele que se trava, no tecido social, pela definição dos critérios pelos quais os grupos sociais podem ser considerados legítimos. A legitimidade social, sendo condição fundamental da constituição de um sujeito ou espaço público, estaria na base do conflito político. Em suma, a política não se remeteria apenas às disputas entre sujeitos previamente existentes, sobre terrenos dados (Estado, sociedade civil etc.), mas sobretudo à disputa subjacente à própria instituição destes terrenos e sujeitos (RANCIÈRE, 1996a; 1996b), fundada na definição do que é socialmente legítimo. Pensar a política a partir das periferias urbanas, portanto, implica no estudo das formas de construção da legitimidade na textura social, nas ações coletivas e no Estado (FELTRAN, 2005).

Essa questão de fundo, como se nota, aparecia distanciada dos temas da criminalidade ou da violência. Entretanto, esses temas se impuseram radicalmente durante a investigação, por constituírem as dinâmicas sociais pelas quais essas regiões e seus sujeitos ganhavam inteligibilidade pública. Mas a violência e “o crime” não apareceram de uma vez: sua emergência, tanto nas periferias de São Paulo quanto em minhas inquietações analíticas, tem uma cronologia possível de recuperar.

Entre 1998 e 2004, estudei especificamente uma geração de “lideranças” de movimentos sociais que tentavam representar, publicamente, o conjunto das famílias migrantes que ocuparam as fronteiras de expansão da cidade, desde os anos 1960, majoritariamente para trabalhar na indústria. “Periferias urbanas” eram então, para mim, territórios nos quais viviam participantes de associações de bairro, sindicatos e movimentos que organizavam operários, donas de casa e “trabalhadores” (autônomos, aposentados, desempregados) para reivindicar melhorias sociais. Naqueles anos de investigação, acostumei-me a ouvir relatos muito regulares,

que partiam de histórias entusiasmadas da vida “de luta”: a chegada a São Paulo, as carências materiais, o trabalho, a organização da população para reivindicar melhorias, os sindicatos, os padres, os partidos, enfim, a “comunidade” (sobre a noção de “comunidade” nessas regiões, ver RIZEK, 2006). E as histórias “de luta” se traduziam em “conquistas”: ampliou-se significativamente, ali, o acesso às políticas sociais, a bens de consumo e serviços fundamentais, o que é reconhecido na literatura (MARQUES, GONÇALVES e SARAIVA, 2005; MARQUES e TORRES, 2005).

Mas depois de falar das conquistas e das melhorias dos anos de militância, os depoimentos mudavam de registro narrativo e era, então, hora de lastimar os novos tempos. A crise do emprego era muito referida e interpelava os percursos individuais e familiares, frustrando o sonho da ascensão social e repercutindo no tecido associativo local; a desestabilização do trabalho, e a limitada contrapartida social do assalariamento (SANTOS, 1979; MISSE 2006c) atingiram tanto a ação sindical quanto o associativismo popular². Além disso, essas “lideranças comunitárias” citavam frustrações também com a “política” e com as suas “comunidades”. Com a política, pois a partir dos anos 1990 suas organizações e movimentos já eram decisivamente muito subalternos a partidos e governos, muito menos relevantes do que haviam sido no cenário político mais amplo (FELTRAN, 2007a). Com suas “comunidades”, pois nos territórios em que viviam, via de regra, elas também já eram subalternas ao jugo do “mundo do crime” local, que se expandia. Se a “violência” do “crime”, em outros tempos, havia sido algo exterior às famílias e associações, então não era mais. Se, nos anos 1980, era mais comum ver corpos de “bandidos” estirados entre as velas, agora se tornava mais freqüente que os próprios familiares estivessem presos, que os próprios filhos apanhassem da polícia, que a própria associação fosse invadida pelo tráfico de drogas.

A partir de 2004, foi se conformando uma hipótese, provisória, de que as dinâmicas sociais das periferias urbanas poderiam ser lidas a partir de uma série de crises (do emprego formal, da religiosidade católica, da promessa de mobilidade social da família operária, dos movimentos sociais e de sua representatividade). Crise, e não aniquilamento, pois: as relações sociais e a sociabilidade permaneceram majori-

2 Dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), do SEADE-DIEESE sobre a Região Metropolitana de São Paulo indicam taxa de desemprego total de 9,6% em 1986, crescendo até atingir picos de mais de 20% entre 2002 e 2005. Em dezembro de 2007 essa taxa declinará para 13,5%.

tariamente estruturadas pela categoria trabalho, embora o desemprego crescesse; a moral popular católica permaneceu dominante, embora o crescimento dos evangélicos neopentecostais fosse evidente; as ações coletivas populares seguiram atuando, embora sua representatividade passasse a ser questionada; e a perspectiva de ascensão social da família se mantinha como esperança, reanimada pelo crédito à Casas Bahia, embora a frustração do sonho de viabilizá-la pelo emprego fordista já fosse inescapável.

Nos depoimentos, e isso era também muito regular, todas essas crises apareciam vinculadas, em negativo, ao crescimento da criminalidade violenta nesses territórios. Eram essas crises que aproximavam as fronteiras do “mundo do crime” da convivência familiar e “comunitária”. A temática da “violência” e as referências a esse “mundo” emergiram, portanto, nos meus e em uma série de estudos nas periferias de São Paulo – por exemplo, Telles e Cabanes (2006) –, como vinculadas estreitamente aos deslocamentos em esferas estruturantes da vida popular. Era todo um mundo social que se deslocava, e outro que se apresentava como alternativa. E na tensão e na coexistência entre um e outro, redefiniam-se o que era socialmente legítimo.

Quando, a partir de 2005, passei a estudar mais sistematicamente a geração jovem dessas periferias, e sobretudo os adolescentes que já nasceram no período de deslocamento mais radical destes parâmetros (os anos 1990), a hipótese interpretativa com que vinha trabalhando pareceu se confirmar. Pois, para essa geração jovem, todas aquelas crises (do trabalho, da família, da religião, do projeto de mobilidade social), por serem constitutivas da experiência coletiva em que cresceram, já eram também constitutivas de seu estar no mundo. Os modos de vida dos moradores jovens das periferias de São Paulo já são conformados por uma representação de inevitabilidade dessas crises e, portanto, da necessidade de se lidar com elas. Fui me dando conta de que, na passagem de geração, uma nova camada de tecido social se assentava sobre o mundo social fundado pela geração anterior e, portanto, passava a coexistir com ele. A sucessão geracional catalisava as transformações em curso e permitia que eu as examinasse em seus horizontes. Desde então, tenho estudado dezenas de trajetórias de adolescentes e jovens moradores das periferias

de São Paulo. Entre essas trajetórias, tenho dedicado atenção especial àquelas para os quais o “mundo do crime” aparece como “opção” às privações próprias do tecido social. A história que se segue faz parte desse trabalho.

Pedro

Fui apresentado a Pedro logo nos meus primeiros dias em Sapopemba, em maio de 2005. Sentamo-nos, dois pesquisadores e ele³, numa mesa redonda de plástico rígido, numa sala da associação na qual ele trabalha, o Núcleo Assistencial Cantinho da Esperança (Nasce), entidade de atendimento a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais. A idéia era fazer uma entrevista exploratória. Pedro não sabia exatamente o que queríamos. O combinado era ele contar sua vida, como ele havia chegado ao bairro e àquele trabalho. Nós sabíamos que, alguns anos antes, ele tinha sido atendido pelo Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes “Mônica Paião Trevisan” (Cedeca) – entidade não-governamental de Sapopemba, que acompanha adolescentes da região encaminhados judicialmente para cumprir medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), depois de condenados por terem cometido infrações à lei⁴. Sabíamos também que ele vinha de um processo familiar difícil, do qual havia conseguido “se recuperar”. Essa primeira entrevista durou duas horas e foi a única que gravei com ele. Todos os trechos citados abaixo são reproduções literais desse momento. Apresento-os sempre na ordem em que foram enunciados, e as interrupções são apenas para precisar o contexto e para sínteses parciais que, para serem desenvolvidas, demandaram mais dois anos de pesquisa de campo com Pedro, sua família, seus pares e organizações do bairro em que vive. Permaneci em contato com ele até o final de 2007.

3 Esta primeira entrevista com Pedro foi realizada por mim e por Ana Paula Galdeano Cruz, a quem agradeço.

4 Estudo essa organização em detalhe em Feltran (2008a).

No dia do enterro dela eu estava fazendo treze anos de idade. Aí, me deparei com aquela cena: no meu aniversário, minha mãe morta, em casa sem ter nada o que fazer, sem um café, sem apoio, sem nada, só a minha madrinha me ajudando. E meu pai tinha também acabado de ser operado de uma perna. Ele foi

operado e quase perdeu a perna e não podia mais trabalhar. E minha madrinha ficou assim, vendo a minha mãe naquele estado. Tinha acabado de morrer, e meu pai deitado na cama, sem andar, sem nada, nem tinha coxa direito, só carne pura. Fez a operação, colocou pino na perna (...) Minha irmã se mandou para a casa de um tio, ficou morando na minha tia. Ficamos em casa eu e meu irmão. Eu tinha treze, ele tinha quatorze.

O meu pai tomava um birits danado desde moleque; começou com nove anos e sempre tomava, enchia a cara, mesmo com a perna toda zoada (...) E meu irmão foi se deparando: "Eu vi uns molequinhos no meio da rua, com arma, com carro, assim. Às vezes com polícia, dando tiro".

Fui morar com a minha madrinha uns tempos por causa desses moleques, que eu estava muito próximo deles. Mas não adiantou. Eu estava na casa da minha madrinha, ela me dava de tudo; mas em casa não tinha nada. Meu pai daquele jeito, meu irmão no meio da rua zanzando aí, para lá e para cá, sem ter nada. Só uns biquinhos de vez em quando. Daí eu falei: "Esses bicos que eu faço... não dá certo". Eu via aqueles moleques roubando, com arma na mão... Nunca tinha visto um negócio daqueles na minha vida. Um dia um moleque parou na minha frente e disse: "Ô, busca uma cerveja ali para mim". Eu peguei e fui buscar a cerveja para ele. Fui pegando amizade com eles.

Arrumei bastante briga com um maluquinho, sem ser do crime; os irmãos dele é que eram. Ele era da minha idade e os outros que eram um pouco mais velhos é que eram do crime, que começaram a roubar, já (...) Vi aquela cena, os meninos querendo me iludir fácil: "Olha só quanto eu ganhei! Olha o que meu irmão ganhou, ganhou isso e aquilo. Olha o que eu tenho. Meu irmão comprou para mim uma bicicleta nova; comprou uma roupa para mim". "Em casa não tá faltando nada, você precisa de ajuda, Pedro?" Eu falava: "Não preciso, não." Para não pegar o dinheiro deles, não é? E tentava me virar com bicos, coisas assim.

Até aqui, Pedro recita quase que automaticamente o depoimento padrão de um menino da favela para pessoas que têm, possivelmente, a mesma cara dos educadores, assistentes sociais e psicólogos que ele conheceu em suas andanças institucionais. Mesmo não sabendo exatamente o que queríamos, ele não perguntou nada e começou a contar sua his-

tória encadeando especialmente os dramas que a compõem. Até por isso, sua narrativa monta um quadro, antes de mais nada, de justificação, em diversas camadas, de sua entrada no crime – a mãe que morreu, a carência material, o alcoolismo do pai, o irmão que se envolvia pouco a pouco, a irmã que se afastava, os convites freqüentes no bairro, os “bicos” que não davam renda suficiente, as tentativas de evitar esse mundo, os objetos de desejo dos meninos – roupas de marca, bicicleta etc. Pedro monta a cena, em boa parte realista, e por vezes, digamos, hiper-realista, do depoimento padrão dos adolescentes das periferias que ingressaram no crime. A narrativa, mais do que recorrente, repetitiva, tem como fundamento a oposição bipolar entre a casa e o crime, dois mundos divididos de modo estanque. Em suma, “quando a família se desagrega, o crime abraça”, fórmula muito conhecida, quase um jargão nas entidades de ação social das periferias de São Paulo. Frases que, como todo jargão, merecem ser lidas em sua sabedoria e em seus limites.

Daí foi me incomodando muito, porque em casa não tinha nada. Eu acabei um dia... o menino falou para mim: “Eu tenho uma arma de brinquedo”. Era de plástico. Os moleques mais velhos, que eram mais mandantes, chegaram com um monte de coisas: carro, coisas bonitas, dinheiro, brinquedo de criança, um monte de coisas. Eu olhei aquilo, um monte de dinheiro.

Um dia eu estava correndo e bati na cara dele [*de um outro menino*] sem querer, assim [*faz gesto de alguém que se vira e esbarra no rosto de outro*]. Aí o moleque deu um soco na minha cara. Eu bati sem querer num cara que estava armado. E ele deu um soco na minha cara. Eu olhei para a cara dele, ia para cima dele e ele tirou a arma. Aí, eu fiquei quieto, só olhando bem para a cara dele. Os moleques falaram até que eu era mudo. Eu fui embora.

Aí, eu peguei amizade com um maluquinho, que vivia lá em casa. E ele falou: “Pedro, sabia que eu sei dirigir carro?”. E eu: “Quê? Sabe nada!” Outro dia: “Vamos lá que o meu tio tá com a chave de um carro”. Ele acabou mesmo pegando a chave do carro do tio dele e o tio dele deu uma surra nele. A gente queria mais era saber de zoeira...

Bom, a gente estava com uma arma de plástico, brincando de polícia e ladrão para lá e para cá. Aí, um moleque chegou para mim: “Ô Pedro, tem coragem de pegar e roubar um carro?”

Eu olhei para a cara dele, assim: “Não, não tenho coragem não!” E ele: “Vamos, vamos lá! Você vai ganhar dinheiro! Meu irmão me deu 50 conto, quase logo agora”. E ele mostrou o dinheiro para mim. Aí, o irmão dele chegou com uma sanfona. Tinha acabado de roubar um carro e tinha uma sanfona, um monte de coisas. Daí meu irmão disse que ia tentar vender para o meu tio. E ele disse para a gente ficar com a sanfona e tentar vender. Eu ficava lá em casa, brincando com a sanfona. E o cara deu 50 conto para o meu irmão e o meu irmão conseguiu vender; ficou maior alegre e começou a se juntar com esses moleques.

Eu vi meu irmão se juntando, os moleques ficavam fumando maconha. Tinha um neguinho que era folgado pra caramba; meu irmão ficava ali no meio: “Pega uma cerveja!” (...) E meu irmão ia, ganhava um real, ou mais. Aí eu vi meu irmão se juntando e eu tentei afastar ele. Arrumei um bico para entregar folheto e chamei o meu irmão. Aí meu irmão fez uma sacanagem lá e eu fui embora e ele acabou ficando. Beleza, voltei. E o moleque: “Aí, quando você vai ter coragem?”. E eu falei: “Não, para isso eu acho que não tenho coragem não!” E ele: “Vamos tentar um dia”. E eu: “Um dia a gente tenta”.

A narrativa progride, ganha novos elementos, igualmente repetitivos na pesquisa. A primeira imagem é a da sedução dos objetos de consumo e do poder da arma de fogo nas hierarquias adolescentes. “Carro, coisas bonitas, dinheiro, brinquedo de criança, um monte de coisas”. “Ele tirou a arma”; “Eu ficava quieto”. Na segunda imagem, o amigo “pega emprestado” o carro do tio. Na terceira, a sanfona encontrada em um carro roubado entra no circuito do pequeno comércio informal entre amigos e parentes, e os adolescentes ganham R\$ 50 para vendê-la. Desde logo se nota, então, que as relações entre parentes e amigos também alimentam as pequenas redes de sustento e circulação de produtos roubados. Nessa perspectiva, e é só a primeira, a casa já não é mais completamente desconectada do circuito do crime, já não é seu oposto. Mais uma imagem, “Eu vi meu irmão se juntando”, e a ponte entre casa e crime se estreita um pouco mais. A ponto de, sem mesmo “entrar no crime”, elementos típicos do cenário criminal já serem visíveis de mais perto: “moleques fumando maconha”, “neguinho folgado”, “pega uma cerveja!” A fronteira está logo ali. Mais um real no bolso, a história prossegue:

Daí eu fui ficando com mais raiva. Teve um dia que eu fiquei sem comer, sem nada. Meu pai estava há quatro dias sem comer, bêbado, morrendo, em casa... Ele chegava no bar e bebia à vontade (...). Eu comecei a sentir ódio, a sentir falta da minha mãe, e eu tinha ódio dentro de mim, e não sabia como soltar. Aí eu peguei a arma e falei: "Vamos lá então! Vamos tentar!"

Chegou na metade do caminho e eu vi um carro da polícia passando, fiquei com o coração acelerado. E os moleques [*que o acompanhavam*]: "Normal, normal!". Eles também nunca tinham roubado. Eles disseram: "Vai ser nossa primeira e vai ser maior bom!" Aí eu vejo uma senhora com o carro cheio de compras: "Vai você primeiro!" "Não, não vou não". A gente deixou passar o carro. Aí eu vi um tiozinho. Estava com celular, contando um dinheiro, e ele foi entrando no carro, e eu também não tive coragem não! Aí passei [*a arma*] para o moleque: "Vai você." E ele: "Não, não vou não!"

Aí me deu uma raiva! Vi um carro. O cara tinha acabado de entrar. Aí eu peguei a arma: "É um assalto, vai, vai, vai, vai". Aí o cara ficou olhando para minha cara e quando ele olhou, eu dei uma coronhada no queixo dele, bufl, com a arma. Aí ele me deu a chave, saiu a mulher dele com a filha dele e nós pegamos, entramos no carro e fomos acelerando. E tinha logo um farol [*semáforo*], um caminhão logo na frente, a luz [*interna do carro*] estava ligada e nós nem vimos. E meu colega deu um soco e apagou a luz, e nós quase batemos no caminhão. Aí, na primeira vez deu certo. Pegamos uns R\$ 150 para cada um. Eu comprei um monte de coisas para casa.

E os caras: "Aonde vocês cataram?" E eu disse: "Assim, assim". Os caras ficaram olhando para minha cara: "Você é legal! Você rouba mesmo?" E eu: "Ah, roubar eu não roubo, acabei fazendo."

Aqui Pedro rompe com o momento inicial da entrevista, sempre estimulado por inúmeras pequenas perguntas nossas, para um momento de narrativa direta, sem pausa. Se antes era preciso pedir para que ele descrevesse melhor uma cena ou outra, a história de sua mãe e irmão, as idas e vindas de pequenos empregos (entregador de folheto, lava-rápido), agora era só concordar com a cabeça que ele seguia falando. A narrativa mais clássica e genérica, repetitiva, cedia então espaço para uma descrição detalhada da ação criminal. Pedro já elaborava o vivido como imagem. Pareciam-me se-

qüências de cinema, resgatadas de memórias de cinco anos atrás. Ele criava metáforas para facilitar nossa compreensão dos códigos em questão, de sua relação com eles.

Os meninos viram um carro cheio de compras, um “tiozinho contando dinheiro”, mas a coragem e a “raiva” suficientes para a abordagem veio só numa terceira vítima potencial. Desastradamente, sem muito planejamento, e sem maiores problemas, o primeiro assalto deu certo. Pedro tinha 14 anos, usava uma arma de plástico. Conhecia a fronteira pela primeira vez. Voltando com os objetos roubados, os “caras mais velhos” da favela demonstraram reconhecimento. Os meninos eram bons. O primeiro roubo era, então, quase um rito de entrada num outro mundo. Passagem. Pedro se sente entre duas condições distintas: “Roubar não roubo, mas acabei fazendo”.

No trânsito, surgem sentimentos novos, geradores de satisfação: a coragem, a adrenalina e a disposição necessárias para a ação se tornaram reconhecimento no grupo. Nesse momento, a família de Pedro ainda aparece bastante na narrativa, mas já em registros cambiantes – a casa era espaço de proteção retórica do crime, mas ao mesmo tempo o irmão é lido como uma ponte para a turma de amigos “envolvidos”; o pai não gostava disso, mas oferecia contraponto: seguia bêbado e não provia o suficiente; a irmã reprovava suas companhias, mas seguia ausente. O dinheiro que ele trazia gerava cara feia, mas era aceito. Os tios e a madrinha, nunca muito próximos, já desaparecem do depoimento. A escola já havia sumido em um momento anterior, logo após as memórias de infância. Os empregos anteriores deixam de ser lidos apenas como pouco rentáveis, e passam a ter conotação de precariedade e humilhação. Agora Pedro vislumbrava a possibilidade de ganhar dinheiro de verdade. Ele tinha essa “opção” (termo de uso muito freqüente). Um grupo novo (amizade, notas de dinheiro, cerveja, carro) e novos objetos (roupas, bicicleta, sanfona, arma de brinquedo) passam a fazer parte da vida de Pedro. A mãe já tinha morrido havia um ano, um ano e meio.

Ladrão instituinte, ladrão instituído

Aí eu fui roubando com os molequinhos (...) Meu pai não gostava disso; bebia, mas não gostava disso. A gente trazia dinheiro escondido. Aí comecei a roubar e comecei a pegar amizade

com um pessoal mais velho. Peguei amizade com esses rapazes maiores e fui e joguei R\$ 50 na mão deles. E eles disseram que estavam vendendo a arma por R\$150. E eu: “Que arma é essa?” “É uma arma aí. Se quiser...” Eu juntei com um colega meu: “Vamos comprar, fica mais fácil”. Aí eu comprei. E começamos. E esse rapaz, que era mais velho, que catava uns negócios bons, firmes, [falou]: “Então, eu tenho uma fita boa para vocês. É de tanto! Você vai lá, mais dois molequinhos. Você vai conseguir porque anda comigo” (...) Uma firma, tinha bastante dinheiro. Aí eu fui; catamos com esse pessoal mais velho, e deu tudo certo também; roubamos pra caramba.

Os rapazes mais velhos já eram, também, mais organizados que Pedro e seu amigo. Com eles já era fácil comprar uma arma. “Pegar uma amizade” com esses personagens significava também acessar um mundo de ações mais rentáveis, as “fitas dadas”, espécie de subcontratação dos roubos e assaltos. Eles tinham mais meios para organizar uma ação que desse um bom dinheiro, e podiam contratar adolescentes e jovens para executá-la. Pagavam pelo serviço, desenhavam as necessidades e tarefas a cumprir: “Eu tenho uma fita boa para vocês. É de tanto!” “Você vai conseguir porque anda comigo”. A empresa subcontratada funciona melhor se tiver os equipamentos e ferramentas de trabalho necessárias: “Vamos comprar, fica mais fácil”. O tempo passou rápido, Pedro foi “virando ladrão”:

Aí eu comecei a agredir a vítima. Teve uma vítima, um rapaz forte, ele veio bater em mim, eu bati nele e joguei ele no chão. E ele: “Não, não, não!” E eu: “Eu não estou aqui para te matar, eu quero só seu dinheiro, só. Só não quero que você se encoste, põe a mão na cintura! Eu quero só seu dinheiro, não quero nada com você, seu documento pode ficar. Só quero seu dinheiro”. E ele falou: “Não, tudo bem, tudo bem, tudo bem!” Aí eu peguei o dinheiro dele e fui embora. Teve uma vítima que estava armada, um dia. Nós catamos o carro dela e ela foi fugir, e eu dei uma pá de tiro no carro. Tirei a arma e comecei a dar tiro, só que não acertei ele, não. Quase acertou meu colega. “Isso é normal, isso acontece” [disse o colega].

Aí eu peguei mais coragem. E com o ódio que eu estava porque minha mãe morreu, eu comecei a ficar muito mau. Aí eu

peguei amizade com esses caras. Um dia, fomos para um assalto e um cara levou um tiro na mão. Aí eu vi e comecei a dar tiro, mas nunca consegui acertar. Aí teve uma vítima que estava armada, uma 9 [mm], parece. “Você tá armado?” “Não, não tô não, não tô não!” Aí, eu estava com uma arma mais forte, engatilhei ela, apontei bem na boca: “Abre a boca!” “Não, não vou abrir não!” Eu dei uma coronhada, ele abriu a boca: “Nem se mexe, se você se mexer eu arrevento a tua cara”. Meu colega viu e ele estava com uma arma. “Você é polícia?” “Não”. Meu colega ia matar ele. Eu disse: “Não, não mata não. Deixa ele vivo. Só quero o dinheiro dele e nada mais”. Pegamos o revólver, a arma.

Outro momento de passagem. Agora, Pedro já não sabe se opta pela narrativa do “bom ladrão”, que rouba sem agredir, que só quer o dinheiro e nada mais, ou se demonstra a si mesmo como um daqueles que agredem a vítima, agem com violência, que dão provas de serem “bandidos” mesmo. A primeira imagem é mais palatável para nós, a segunda é melhor reconhecida no “mundo do crime”. Ele conhece as falas e os argumentos de ambos, pode efetivamente escolher entre eles. A indecisão torna o trecho da entrevista confuso, cheio de idas e vindas. A figura da mãe reaparece, outra imagem repetitiva: em diversos relatos dos “meninos do crime”, a mãe é figura santificada. A mãe de Pedro tinha morrido, e então ela era ainda mais santa, ao mesmo tempo em que sua ausência gerava mais “ódio”. Nesse momento da conversa, eu tinha a sensação de que ele tinha dúvidas sobre como prosseguir. Seguimos olhando para ele, esperando a continuação. Ele resolveu continuar: “Eu comecei a ficar muito mau”. “Aí peguei mais coragem”.

O depoimento recuperou o fluxo. As balizas de sua narrativa, então, saíram da fronteira entre o crime e a moral da família e passaram a ser praticamente internas à “comunidade” do crime. Pedro falava agora como um “profissional” desse mundo; fazia questão de demonstrar que conhecia o ofício. As ações já não tinham mais a inocência das primeiras: os termos próprios da função técnica desempenhada – expressões do jargão policial – apareciam (o que era um “tiozinho contando dinheiro” passava a ser descrito como “a vítima”; “bater” virava “agredir” etc.); os perigos inerentes à função também começavam a aparecer: uma vítima armada,

um tiroteio mal conduzido, e Pedro ganhava experiência ao lidar com essas situações. O menino refletia sobre cada ação, tornava-se mais capacitado para exercê-la. Passava, então, a se relacionar também com gente mais experiente, mais bem formada. Pedro passava para o lado do “crime”.

Peguei amizade com uns velhos de 20, 30 anos já. Uns já tinham passagem em cadeia. E fiquei com mais ódio. Comecei a arrumar briga com ladrão também. Comecei a dar tiro em ladrão, aquela confusão. Teve uma turma que veio... Eu chamo de safado, porque não eram nada, mas graças a Deus que morreram tudo. Mas não foi das minhas mãos. Pegaram um dia que eu não estava armado, fora da favela. Roubaram uma moto na favela e meu colega falou [*para outros que investigavam por conta própria*]: “Foi tal pessoa”. Aí eu fui dar uma volta no Monza dele [*do colega*]. Eu estava junto com ele. Esses ladrões pegaram e falaram: “Qual é a de vocês, cagüetaram a gente? Qual é de vocês?” Aí começou aquela discussão: “Eu não fui, eu não fui!” “Vocês vão apanhar. Estavam juntos, vão apanhar os três”. [*Eu disse*]: “Eu não vou apanhar, eu não fiz nada para vocês”. Todo mundo tinha medo deles porque eles não tinham medo de matar uma pessoa. Abria a boca para eles e eles matavam, sem pensar... Até jogando bola já matou um cara. Chutou a perna dele... Foi e matou um pai de família. Nego tinha maior medo dele. Aí foi: um começou a me dar um soco, começou a dar soco no outro; um deu uma coronhada no meu peito, caiu a arma. Quando caiu a arma eu fui tentar me abaixar, ele bateu na minha cara: “Vai, abaixa para você ver o que eu dou na sua cabeça!” Aí, tudo bem, respirei, fiquei com dor no peito, o meu colega chorando. O último não apanhou. Quando estava indo embora: “Olha, ele tem dinheiro!” Apontou para mim. Eu estava com dinheiro no bolso, cem reais. “Dá o dinheiro!” “Não dou”. Começou a me bater, pegou um pedaço de pau e deu na minha cabeça. Entreguei o dinheiro para ele e fui embora.

Pedro tinha 15 anos. Mas já era “ladrão” e, portanto, podia ser cobrado segundo as normas da “comunidade do crime”. Comunidade no sentido tradicional, pois entre seus integrantes produz-se a sensação de que os pares são seus “iguais”, e igualmente “outros” frente aos “de fora do crime”. A primeira das regras dessa comunidade talvez seja a de não delatar. O amigo de Pedro delatou, por outra norma interna (não

roubar na favela), e arrumou confusão. Pedro estava junto na hora do acerto de contas, e por isso apanhou junto. Os dois só não morreram porque os códigos mudaram nos últimos anos e o episódio ocorreu exatamente em uma época de transição. Com a entrada do PCC (Primeiro Comando da Capital, principal facção criminosa de São Paulo) em Sapopemba, organizando todo o tráfico de drogas e interferindo na organização de outros crimes, tornou-se mais complicado ter uma licença para matar outro “ladão”. É preciso autorização superior, é preciso verificar o desdobramento gerado por ameaças, é preciso saber se outras sanções não adiantam. É preciso, em última instância, participar de um “debate”, ou seja, dos julgamentos extralegais e sumários operados por membros de organizações criminosas, sobretudo o PCC. Esse dispositivo, que emula um tribunal legal, com testemunhas de acusação e defesa, “juízes” e “advogados”, tem sido utilizado de modo recorrente nas periferias de São Paulo⁵. Aliás, sob o comando do PCC, as normas dos “traficantes” e “ladões” também parecem ter se unificado. A sobreposição de mercados ilegais sob um único comando criminoso representa processo distinto do que ocorre em outras cidades, entre elas o Rio de Janeiro. Se no Rio as “ligações perigosas” entre o tráfico de drogas e outras ilegalidades e crimes permanecem oscilando na linha do tempo (MISSE, 2006a), em São Paulo esses mercados tenderam para uma sobreposição mais clara e estão, atualmente, submetidos efetivamente a uma chefia relativamente centralizada. Essa condição peculiar acelera, em São Paulo, a circulação do que Misse (2006b, 2007) chamou de “mercadorias políticas”, inerentes aos “mercados de proteção”.

Assim é que, nos momentos de dificuldade, Pedro (que nunca traficou) recorre ao “dono da boca” para se armar, e, ao mesmo tempo que compra as armas, recebe as instruções do “comando” (o PCC) para “ignorar” o problema com o grupo rival:

Daí, juntei [*dinheiro*], comprei um carro, comecei a roubar de novo. Peguei uma arma e trombei com os dois, comecei a dar tiro nos dois. Um no braço e outro na perna de um. Falei: “Agora vem!” Comprei umas quatro armas, peguei amizade com esse pessoal dono de boca, comecei a me revoltar: “Quer arrumar confusão comigo, então vem!” Aí eles não chegavam mais perto de mim; quando eu

5 Pedro conta que seu primo foi executado depois de um “debate”.

estava na favela, eles não vinham. Aí falaram para eu parar com isso, e eu ignorei isso porque senão ia acabar morrendo, porque eles eram mais fortes que eu. Eu sozinho, porque meus colegas...

Numa fita também que eu acabei indo, quase morri. Fui assaltar um rapaz, eram três policiais. Fui assaltar ele, ele estava armado, mas não conseguiu ser mais rápido que eu. Mas também, eu não consegui matar ele. Agradeço até hoje por não ter matado ele. Tudo bem. Daí, aponte as armas para ele: "Vai, vai, vai, é um assalto, é um assalto". Ele ficou olhando para a minha cara, um alemão, assim. Vi que eram dois maiores, um baixinho, aí fui. Quando ele foi encostando, dei um tiro no peito dele, do lado... Nem foi no peito, foi na mão, assim. Eu vi que não ia dar certo porque o outro estava se coçando do outro lado. Daí eu fui, assim, nem queria mais roubar, fui me afastando com medo. Eles, armados. Quando eu fui ver, não tinha colega nenhum. Sorte que eu estava com duas armas. Aí, eu comecei a dar tiro nos caras e o policial começou a dar tiro também: "Tá, tá!" (...) Vi aquelas balas e fui correndo para o meio do mato. Passou um colega meu com um carro. Ele estava com um carro e parou, e deu uma pá de tiro; não acertou nenhum. Aí, os polícias conseguiram sair da casa, pulei em cima de uns, caí, quase quebrei a perna, me ralei todo, assustado. Aí vi um carro, me escondi. Daí os polícias passaram reto. Fui embora. Cheguei na favela. Os caras: "Você tá bem? Você tá bem? Pensei que você tinha morrido!" Aí teve um, eu dei um tiro no pé dele: "Pá!" "Isso aqui é para você aprender a não deixar os outros sozinhos. Vocês são tudo safados". Daí comecei a pegar mais raiva desse pessoal, e comecei a pegar confusão. Arrumei bastante confusão por causa disso, e fui tentando me acalmar.

E graças a Deus consegui me acalmar. Fui tentando pegar amizade com eles de novo, porque não tinha jeito, eu estava morando ali, não tinha como eu sair dali, deixar a minha família e tentar fazer uma loucura, porque eu ia morrer. Mas eu também já não tinha medo de morrer mais. Minha família já não ligava mais para mim. Demorou para pegar amizade [*de novo*], daí fui num assalto com eles, roubamos acho que uns cinco ou sete carros – só num dia só.

Daí, na última vez, demos um tiro no carro. Daí, logo a ROTA [*Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, da Polícia Militar*] fechou a gente e começou a dar tiro. Aí, meu colega joga a arma. [*A polícia*]: "Senta aí!" Manda a gente deitar no chão, cabeça para baixo [*cabeça baixa*]. Aí começa a bater, sem dó. Apanhei que nem... Puxou

o cabelo do meu amigo e deu logo um tapa na cara. Aí, meus colegas começam a gritar, eu fiquei quietinho. Aí teve um cara [*policia*], que falou: “Você é o único que tá quieto?” Ele estava com uma botina de ferro e me deu uma botinada, que parece que até estralou os ossos da costela: “Pá!” Estava com uns objetos [*roubados*], e fui preso. O cara veio e eu tinha que pegar uns negócios que estavam no barraco, senão nós íamos apanhar mais. Nem tinha bastante coisa, e eu entreguei. Daí os moleques [*traficantes locais*] viram e acharam normal, tudo bem. Porque ele [*o policial*] disse: “Senão, seu amigo morre”. E eu: “Tudo bem, eu agüento!” Meu pai estava bebão, não é não? Aí, meu padrinho: “Esse desgraçado”.

As ações criminosas eram narradas uma a uma, como se não houvesse intervalo entre elas, ou como se o intervalo fosse pouco relevante. Em suma, a vida que Pedro se lembra de – ou crê ser mais relevante – narrar sobre estes tempos passa a ser a sucessão das ações criminosas de que fez parte. Pedro chega de madrugada trazido pela polícia, rumo à delegacia. O pai estava “bebão”. A narrativa há muito já não citava os familiares, circunscrita que está pelas fronteiras do “crime”. As relações já estavam desgastadas. “Esse desgraçado”. De fato, nessa etapa é como se as relações internas a este mundo, sem lugar material explícito, tomassem a totalidade de sua vida. Nesse registro, a violência é extrema. A trajetória de Pedro – e não só a dele, o fenômeno é recorrente – é marcada nesse momento também pela chegada dos conflitos internos à comunidade “do crime”, conflitos que fazem os indivíduos restringirem ainda mais seus vínculos pessoais para fora dela.

O risco de morte cresce, as trocas de tiros são mais frequentes, a violência armada passa a mediar não apenas as ações criminosas, mas com frequência também a sociabilidade cotidiana: punições por ruptura dos códigos, ameaças internas ao grupo, conflitos com outros grupos. Aparece a provável autoria de homicídios, da qual se suspeita pela insistência em dizer que todos os tiros disparados foram “no pé”, “no braço”, ou quando ele retifica a própria fala, após ter dito que acertou um tiro no peito. É mais próxima, ainda, a convivência negociada com a repressão da polícia, sempre associada à violência ilegal e à corrupção. A força policial surge, nitidamente, compondo a experiência de quem se vê imerso no “mundo do crime”, e não se contrapondo a ela.

Há ainda uma outra regularidade nos relatos de indivíduos que, como Pedro, atingiram tal imersão: trata-se do momento radical em que eles afirmam não ter mais nada a perder. A perda de laços com pessoas, instituições e valores considerados legítimos socialmente traduz-se, a partir dessa etapa, na convivência cotidiana com a possibilidade real de morte. A fragilidade dos laços de pertencimento social, pelo ocultamento que a intensidade da vida criminal lança sobre eles nesse momento, cria uma espécie de inexistência do indivíduo no mundo legítimo. Isso faz sentir que, em última instância, sua morte seria apenas a confirmação dessa ausência (FELTRAN, 2004). Diversos meninos com que trabalhei nos últimos anos relataram-me essa percepção muito claramente, sempre que seu “envolvimento” com o crime chegava a esse nível, e daí para frente. Os que morreram, quase sempre, já haviam atravessado esse limiar. Não há, portanto, “banalização” dessa violência letal; ela responde a critérios de distribuição regulares e específicos.

Nesse momento, se não há o que perder, também não há mais o que temer. “Eu não tinha mais medo de morrer, minha família não ligava mais para mim”, diz Pedro. É também muito recorrente que, nessa etapa do envolvimento com “o crime”, de maior desfiliação de dinâmicas sociais tomadas como mais legítimas, o medo da morte praticamente desapareça. A “coragem” desses meninos, então, torna-os muito qualificados para executar ações criminais arriscadas. A subcontratação de adolescentes para essas ações foi um fenômeno identificado em diversas situações de campo. A exploração de mão-de-obra jovem no “mundo do crime” se nutre, ainda, da mitologia em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente – adolescentes são convencidos de que, por serem “de menor”, não serão punidos legalmente no caso de captura.

A esta altura, e sem que se note, os critérios de satisfação iniciais da entrada no crime – o usufruto de bens de consumo, os passeios, as mulheres – também já desapareceram da narrativa. Pedro não se refere mais ao prazer de consumir o que conseguiu nos assaltos, não há mais adjetivação positiva. A roupa de marca, o tênis e o *status* no grupo, ou mesmo a complementação de renda para a rotina doméstica, vistos como justificação pelo lado de fora da fronteira do “mundo do crime”, cedem espaço agora, numa perspectiva interna a

essas fronteiras, a um ciclo de ações criminosas seqüenciais, sem intervalo para desfrute. Familiares e amigos externos ao “crime” desaparecem do depoimento, a casa some da rotina e vira horizonte distante (“Vou lá só para dormir”); o trabalho é traduzido em ganho pela ação criminal; os espaços sociais de consumo e lazer deixam de ser freqüentados pela narrativa (ainda que possam continuar presentes nos cotidianos).

Ladrão instituído, ladrão institucionalizado

Eu tinha 15, 16 anos nessa época [*da primeira prisão*]. Com 15 anos eu aprontei mais. Eu ia fazer 16 anos. Meu padrinho foi junto comigo, eu fui lá, pá, na cadeia. Acabei ficando dois dias lá. Na cadeia, no DP [*Delegacia de Polícia*] em Santo André. Só esqueci o nome. Daí, fui para a UAI [*Unidade de Atendimento Inicial da FEBEM, na época*], fiquei um mês, certinho. Assinei [*o artigo*] 157 [*Assalto à Mão Armada*], Formação de Quadrilha – era tudo de menor, na época, os moleques – e um Porte de Arma. Aí fiquei um mês na FEBEM e saí. Fui no Fórum, meus parentes também todos lá. Pegamos uma LA [*Liberdade Assistida, medida sócio-educativa em meio aberto*], aí comecei a assinar o LA⁶.

Primeira prisão: botinada na captura, dois dias na delegacia com adultos, um mês na unidade de internação para adolescentes. Imersão no “mundo do crime”, em sua face institucional. Audiência para o julgamento, a família presente. Entre Pedro e sua família, como entre ele e todos os seus laços sociais para fora do “crime”, passa a haver uma mediação estatal. A primeira prisão é sempre momento de mudança importante. A família ampliada é obrigada a se comunicar para processar o ocorrido, há que pensar o que fazer. O menino está mesmo “no crime”, está preso, todos sofrem. Mobilizam-se solidariedades. A fofoca da vizinhança confirma suspeitas e restabelece o estatuto da existência social de Pedro: ele está “virando bandido”, já virou. A polícia faz sua ficha, tira fotografias, monta uma pasta, ele passa a ser alguém “com antecedentes criminais” e, assim, muda seu estatuto também frente ao Estado. A primeira institucionalização é outro rito de passagem relevante na vida de um adolescente de periferia que, como Pedro, transitou pelo “crime”. A idade de Pedro tam-

6 “Assinar o LA” significa comparecer mensalmente ao posto da Fundação Casa (ex-FEBEM) responsável pelo acompanhamento de sua medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, conforme determinação judicial.

bém já reconfigurara sua inserção no universo social de seu bairro. Agora ele já fazia parte dos “moleques mais velhos”. Suas únicas relações não (muito) mediadas pela institucionalidade criminal, durante o período de internação, passam a ser as horizontais, entre os outros adolescentes privados de liberdade. Reforçados os vínculos horizontais, a “comunidade do crime” se fortalece. Para Pedro, como para todo membro dedicado de uma comunidade, o mundo que importa parece terminar nas fronteiras que a circunscrevem.

Foi quando eu conheci o Cedeca. Quem conhecia mais o Cedeca era meu irmão. Meu irmão só não se envolveu mais [no crime] por causa do Cedeca, acho⁷. Aí conheci o Lucas [educador], esse pessoal assim, e fui com eles na quadra do Arlindo [escola pública do bairro], onde eu estudava, para jogar bola, fazer as brincadeiras lá na quadra, e conheci eles.

Foi a condenação ao cumprimento de uma medida de Liberdade Assistida, em meio aberto, que quebrou esse ciclo pela primeira vez. Por obrigação judicial, Pedro voltou para casa e para o bairro, e tinha que frequentar as atividades do Cedeca. Conheceu seu “educador de referência”, conversou com ele e participou de atividades esportivas na quadra da escola. Seu processo passou a ser acompanhado por um advogado, que o instruiu sobre seus direitos, que conhecia minimamente seus circuitos no bairro, sua trajetória familiar etc. Desde o primeiro assalto, este era o primeiro momento em que Pedro travava relações sociais – ainda que caracterizadas por vínculos muito frágeis – fora do “mundo do crime”. O momento é novamente de passagem pelas fronteiras, mas agora no sentido oposto. As coisas entretanto não são assim tão simples. Fazia um mês que ele estava na rua quando seu amigo, que havia sido preso junto dele, também saiu. Eles se viram logo.

Nesse mesmo dia ele foi preso comigo. Ele falou: “Tenho uma fita, acabei de sair da cadeia”. Eu já tinha me envolvido com os caras já, grandão, umas fita boa, bastante dinheiro. Ele roubou um carro, colocou uma placa, ia fazer um “bode” [falsificação de placa de carro]. Aí eu liguei para umas meninas que eu conhecia, que eram meio envolvidas também, e elas falaram que era bastante dinheiro. Eu falei: “Tudo bem, vou passar na sua casa”. E

7 O irmão de Pedro não se envolveu com o “mundo do crime” nesse período, mas sim quando mais velho. Estava preso, na data desta entrevista, por ter sido capturado num assalto que realizava no centro de São Paulo.

passamos na casa delas. Só estavam as meninas e uns caras, com umas armas, eu falei: “Nossa, que bonito! Que lindo!” Nunca tinha pegado aquilo. Aprendi a mexer nelas.

Eu meu amigo falou: “Vamos na 45 [45ª DP], perto da São Rafael”, era para pegar os documentos dele. Ele tinha acabado de sair da cadeia, e ele foi com o carro roubado, junto comigo. Ele pegou os documentos dele, na delegacia. Eu pedi para ir dirigindo o carro. Eu já não dirigia há bastante tempo. Tipo assim: “Deixa eu ir dirigindo? Faz tempo que eu não dirijo, acabei de sair da FEBEM”. Peguei, fui dirigindo o carro, e ele foi preso mais por causa de mim. Eu estava descendo, uma arma em punho, assim, e tinha uma viatura. E eu deixei o carro morrer. A viatura parou, assim. Daí virei, a viatura parou. Eu engatei e [faz ruído imitando um carro que sai lentamente]: “Isso aí, piloto!”

Eu fui saindo devagar e a polícia veio na bota e mandou parar: [ruído de carro em arrancada de fuga]. Mas era um “bode”, um carro roubado, e ele falou: “Não vamos parar não, acabei de ser preso, acabei de sair da cadeia”. E eu: “Também não quero não, acabei de sair da Febem. Deixa eles darem tiro! Acelera!” Comecei a acelerar e demos um perdido nela [na viatura], e daí trombamos [encontramos] com outra. Os caras dando tiro em cima da gente, eram cinco viaturas. Nós pegamos uma avenida em Santo André e começamos: fomos, fomos, fomos, quando eu fui ver tinha uns sete carros de viatura atrás da gente, e eu não sabia dirigir muito bem. Peguei uma avenida, foi fechando o farol e nós batemos os dois retrovisores e, quando olhamos de frente, tinha um carro. Nós batemos de frente com o carro: êbuf!

Aí massou a porta no meio, no meu rosto e tudo; não desmaiei, mas deu um branco, depois eu acordei. Meu amigo tinha acabado de correr do carro, eu apoiei na porta, assim [faz o gesto de sair pela janela], e consegui sair. Na hora do apavoro, acho que pode cair uns cem em cima de você, que quando você pensa em morrer, não sei como, você consegue. Acabei correndo, corri bastante.

Aí vi um carro rebaixado – até hoje não sei como eu consegui – dentro de um posto [de gasolina]. Um carro rebaixado e eu consegui me enfiar lá debaixo. Não tinha outro canto, estava fechado de polícia. Daí eu me enfiar lá embaixo (...) Daí cataram meu colega dentro do supermercado, aí foi e me catou. Sorte minha que tinha uma mulher [policia feminina]: “Ó! O seguinte, tenta sair daí, se vira!” E eu tinha que conseguir sair, e eu me ralei todo,

não sei como eu consegui me enfiar lá debaixo do carro. Eu consegui sair. Quando eu levantei, saí, veio um negão [outro policial], me levantou lá no alto e deu um soco na minha barriga. Mas ele viu que eu estava todo cortado, todo saindo sangue, e falou: “Vou bater nesse desgraçado, vai pensar que fui eu que espanquei ele. Nem vou bater em você mais!”

Todo arrebetado, todo ralado no rosto, não é? Daí veio um monte de viatura; olhei para um canto, olhei pro outro e... não ia escapar nunca. Os caras estavam todos armados. E eu vi meu colega, e ele era “de maior”. Aí olhou para a minha cara: “E aí, Pedro?” [Eu falei]: “Sou de menor, não esquenta a cabeça não!” Ele foi numa viatura, eu em outra e o cara [policial] falou para mim: “Seguinte, joga tudo pro de maior”. Olhei para a cara dele, assim: “Mais fui eu que roubei [o carro]! O de maior não tem nada a ver”. Ele [o policial] foi e deu um soco no meu peito. “Vai, pode espancar, matar, estou todo arrebetado mesmo, faz o que você quiser!” Ele foi e me deu uma coronhada no peito. Aí falei: “Você não tem mais força, não, polícia?” Olhei para a cara dele: “Então você tem que fazer mais coisa ainda, porque fui eu que peguei”. Foi e me deu mais um soco na boca. Aí eu falei: “Tudo bem, estou todo arrebetado mesmo”.

Chegou na delegacia, chegou a vítima, acabou não reconhecendo nenhum dos dois. Aí, os policiais: “Você vai direto pro SOS, neguinho”. Entrei na cela e tinha uma pá de ladrão. Aí, meu colega foi preso e o pessoal começou a zoar: “Aí o pessoal do banded! Sai num dia e volta no mesmo dia, meu!” “Vixe, comecei a dar risada. Tinha um outro colega preso, no mesmo lugar. Ele falou assim: “Tudo bem, Pedro, a vítima não reconheceu você. Daqui a pouco você está na rua, não esquenta não! Só não sei ele, que acabou de sair e acabou de chegar, mas você...!” Falei: “Tudo bem.” Esse rapaz era, tipo assim, considero ele; mas agora não muito, mas antes considerava pra caramba, tinha cinco passagens em cadeia. Respeitava ele pra caramba e ele me respeitava.

Peguei amizade com um pessoal lá dentro, esse pessoal me cumprimentou: “Você que é o tal de Pepê?” Aí comecei a pegar uma amizade com o pessoal de fora, muitos (...) falavam de mim. Os “ladrão” falavam porque eu estava roubando o ano inteiro, e peguei um nome, uma amizade. O pessoal: “Olha, um molequinho daquele tamanho tem mais apetite que um ladrão”. Os caras: “Vamos te levar pro SOS”. Eu: “É? Vamos. Fazer o quê?” Meia hora [depois]: “Vou tomar um banho”. Os policial olhando para a minha cara: “Porra! Você é folgado mesmo!”

Me levaram para a UAI de novo, e o funcionário de lá: “Caramba, de novo!” E os caras: “Você já sabe como funciona. Mão na cabeça, ‘não senhor’, ‘sim senhor.” Fiquei mais dois meses lá, de novo. Fui para a UAP 8 [A sigla significa Unidade de Acolhimento Provisório, mas em realidade Pedro passa por uma UAP e se refere à UIP 8 – Unidade de Internação Provisória do Brás, onde cumpriu a medida de internação].

A minha irmã foi me visitar uma vez e eu: “Tô aqui porque eu quero, quis para mim. Não quero visita não! A minha família já me via roubando daquele jeito, sofria comigo e veio me visitar, já era demais”. Minha irmã estava com uma filha já. Peguei e mandei ela embora, ela ficou nervosa. E o funcionário: “Ei, você é folgado! Você trata sua irmã desse jeito?” E eu: “Eu trato, a irmã é minha”. Aí ele falou: “Neguinho, você é folgado mesmo!” Aí eu falei: “Sou mesmo, seu banguela!” Aí ele veio e me deu um soco. “Se fosse sua irmã, você gostaria que ela ficasse visitando você aqui?” – falei para ele. Fiquei olhando para a cara dele, e fiquei quieto. Nunca tive visita, não, porque eu não quis. Minha irmã ia, mas eu falava: “Não, não aceito visita não!”

Peguei amizade com o pessoal, uns funcionários. E peguei semiliberdade, tinha que ficar na casa para dormir⁸. Aí peguei umas amizade, tinha uns moleque folgados, uns neguinho que arrumavam treta rápido, e acabei fugindo de lá.

Aí fiquei fugitivo, em busca e apreensão. E me envolvi mais uma vez. Tipo assim: um colega meu morreu, mais outro morreu. Aí fui ver, nunca tinha visto um cara morrer na minha frente; o cara foi num assalto, acabou morrendo na minha frente, acabei fugindo. Aquela cena, e eu falei: “Nossa, eu fui, o cara não voltou comigo” (...) Aí, teve um policial que eu acertei ele e acabou vindo me procurar aqui, mas não conseguiu me achar. Acabei sendo procurado pela polícia, arrumando treta com ladrão, e comecei a pegar amizade com uns pessoal forte. Aí eu vim num [outro] assalto, um colega meu já levou um tiro também, outro levou no pescoço e ficou meio gago, mas fugiu. Eu não fugia. Êita, começou a piorar as coisas.

Ao invés de eu melhorar em casa, não trazia mais nenhum real para casa, porque eu já não conseguia mais arranjar dinheiro. Aí ia para a FEBEM, piorava mais em casa, e quem estava tomando conta de casa era o meu irmão mais velho(...) Não sei dizer por que antes dava mais certo, não sei dizer até hoje. Teve bastante que deu certo. Acho que acabei me envolvendo com

8 A semiliberdade é uma medida sócio-educativa intermediária entre a Liberdade Assistida e a Internação, que funciona nos moldes do regime semi-aberto para adultos.

os cara que já tinha passagem, já era muito zica, como se diz, zica demais. Acabei me ajuntando com eles e era visado pelos policiais, eles viam e já conheciam. Acabou me conhecendo, acabei indo e os policiais me enquadravam: “Cadê seu colega?” E acabei sendo visado, e acabei sendo falado por polícia, porque eu tinha comprado uma moto e um carro. E aí: “Tal moleque tá se crescendo, tá ganhando dinheiro”. Acabei perdendo carro e moto. Alguns moleques morrendo, a polícia seguindo eu, querendo saber quem sou eu e eu acabei acalmando. Aí fui me enturmando mais com o Cedeca, fui me afastando.

A cena descrita por Pedro transita, rapidamente, entre o encontro dos amigos, a perseguição policial cinematográfica e a vivência limite entre a vida e a morte. Em seguida, a segunda institucionalização já é encarada com naturalidade. Neste trecho do depoimento, não são mais as ações criminosas que se encadeiam, mas apenas aquelas que redundaram em ida e volta das instituições totais. A irmã reaparece representando a família. Havia sido destacada para a tarefa. Mas a justificativa utilizada por Pedro para evitar as visitas demonstra o quanto seus códigos de honra já são específicos – a irmã é expulsa, pois os familiares “já sofreram tanto comigo, ainda têm que vir aqui? Não é justo”. As idas e vindas fortalecem a “amizade” com os pares, Pedro ganha “nome”: “Então você é que é o Pepê?”

De volta às fronteiras internas do crime, e à institucionalidade que lhe é própria, Pedro enuncia quais passam a ser suas redes sociais: indivíduos institucionalizados ou recém-saídos da cadeia, a polícia e os agentes estatais do mundo penal. As mediações desses laços, dispensável dizer, são quase sempre violentas. Compreende-se porque as instituições penais de privação de liberdade (e sócio-educativas, no caso dos adolescentes) terminam por agravar a sensação de desvinculação social em relação ao mundo “legítimo” e, assim, reforçam a referência do “mundo do crime” nas trajetórias. O dispositivo se monta entre o espaço de internação, no qual as relações horizontais são sempre internas à ilegalidade, e o judiciário criminal, onde todas as relações gravitam em torno do ato infracional. Esse circuito monotemático, que fortalece a identidade do “criminoso”, aparece justamente quando o Estado passa a mediar suas relações sociais.

O “mundo do crime” ganha também, nesta perspectiva, lugares sociais que extravasam e muito as periferias urbanas, fincando raízes nas instituições: não é preciso mais do que se recordar dos “ataques do PCC” em São Paulo, em maio de 2006, para se ter certeza destas conexões (ADORNO e SALLA, 2007).

A motivação inicial de ingresso no “crime” reaparece: “Eu tinha um carro e uma moto”. Mas já não é mais mobilizada a mesma justificação ou a mesma qualidade desses bens. Agora, o carro e a moto geram inveja, exposição e perigo. Inveja, porque ele está em evidência e todos querem o que ele tem. Exposição e perigo porque a polícia já conhece o menino desde sua primeira passagem, conhece seus parceiros e, quando os vê num carro, numa moto, vai abordá-los (para prendê-los, ou para “parasitá-los”). “Muita zica, zica demais”. A expressão, que indica “azar”, nesse caso é explicada por Pedro de modo concreto: ele sabe bem que, tendo mais “nome”, “ladrão” e “polícia” estão de olho nele. Cada nova “fita” é um novo tiroteio. Os amigos e parceiros começam a ser baleados. Um morre na sua frente. Mais um. As coisas pioram muito. Era tudo “ilusão”, outra categoria mobilizada de modo recorrente.

Caminho de volta

Teve um colega meu que quase me matou porque eu parei de roubar, um pouco. E meu colega: “Vamos assaltar?” Ele tinha acabado de assaltar uma pizzaria. Eu falei: “Não, não vou não”. “Vamos, seu cuzão!” “Pode xingar o que quiser”. Daí ele começou a folgar comigo de novo. Aí teve um dia que ele foi, engatilhou a arma na minha cara: “Vai! Senão eu te mato agora!” “Mata se você for homem!” E era meu colega, andava junto comigo... Olhei para a cara dele, assim: “Colega? Desgraçado! Sorte sua que eu não te mato agora que eu não to armado”. Olha para a minha cara: “É, teve sorte porque tem um monte de pessoas na rua”. Fui em casa, busquei uma arma e fiquei olhando. Os moleques me viram armado e falaram: “O Pedro tá armado”. Aí ele me viu lá de cima e começou a dar tiro. “Então, toma!” Comecei a dar tiro também, e acertou um no braço dele. “Ou você me mata ou eu te mato, só porque você fez isso para mim”. Ele foi embora para o interior

e eu parei de roubar, depois que eu entrei nessa confusão. Ele fez um homicídio em Curitiba, matou um rapaz, um policial, não sei. Consegui sair, e disse que vinha para cá. Eu disse que era eu ou ele.

Fez mais um assalto e está preso até hoje. Eu fui me afastando, me juntando no Cedeca e comecei com o Lucas. Ele era educador meu do LA, e ele falou do Nasce: “Fica ali cuidando das crianças”. Eu falei: “Vou sim”. Era o maior tímido na época. Entrei com a maior timidez, conheci a Neide, que é bastante colega [*da equipe técnica do Nasce*], que é da igreja, a Juliana, e eles me acolheram. Com confiança, porque ninguém ia confiar num rapaz que tem uma ficha que é precária demais; olhar para uma ficha e saber as coisas dele. Não sabem tudo, porque eu nunca contei tudo para ninguém. Não pode contar... Teve coisas que eu contei para vocês hoje... Antes eu não tinha coragem. Hoje, agradeço a Deus. Eu estou vivo por causa de Deus. O único que me protege até hoje é só Deus, só.

O Cedeca reaparece, acompanhando uma nova Liberdade Assistida. Novamente, o atendimento recoloca Pedro em relação com outras esferas de sua família e do bairro, além de acompanhar seu processo judicial. Agora, entretanto, o momento já é de ameaça de morte mais presente, Pedro está efetivamente no limiar entre um desfecho trágico ou uma reconversão ao mundo da convivência legítima. Ele decide tentar fazer o caminho de volta, deixar de ser “bandido”, voltar a ser “trabalhador”.

Mas, para atravessar a fronteira e deixar o “mundo do crime”, é preciso gastar energia. Narrada sem muita certeza, a cena da briga com o colega é retomada para demonstrar as dificuldades de deixar “o crime”. A briga ritualiza essa passagem e, por isso, é marcada pelo maniqueísmo: tudo ou nada, dentro ou fora, comigo ou contra mim, ele ou eu. Não há trânsito fluido entre esses mundos, suas fronteiras são controladas. O “mundo do crime” não é um “regime de engajamento” (THEVENOT, 2006), no qual um ator pode estar em um momento e, imediatamente a seguir, transitar para outro. Um indivíduo pode transitar entre diferentes regimes de ação no mesmo dia – deixar sua casa, comprar um boné, ir à escola e, à noite, participar de uma ação criminal, retornando para casa em seguida –, mas não há aí travessia da fronteira,

identitária, que circunscreve o “mundo do crime”. Essa fronteira delimita “mundos” e controla a relação entre eles.

Por isso, uma “conversão” individual é requerida. Há que se “exorcizar” o ladrão que havia em si, retirar do corpo essa identidade. Como têm demonstrado alguns estudos recentes, a conversão para o neopentecostalismo se apresenta frequentemente como uma rota de fuga do “mundo do crime”. Receptoras de muitos fiéis nas últimas décadas (ALMEIDA, 1996, 2004), as igrejas neopentecostais se especializaram em fornecer passaportes e vistos para aqueles que desejam sair do “mundo do crime” sem se tornar clandestinos do outro lado da fronteira. Como mediadoras dessa imigração, essas instituições mantêm relações diplomáticas com os praticantes de atos ilícitos e suas formas de organização. Ao mesmo tempo, normatizam claramente a distinção da conduta de um ou outro lado da fronteira (BIONDI, 2008).

Ao vislumbrar o “outro” lado, aparecem também outras pessoas no depoimento: o Lucas, a Neide, a Juliana, educadores que acompanham o percurso de Pedro. Surge uma oportunidade de trabalho: “Fica ali cuidando das crianças”. “Vou sim”. Pedro virou office-boy, depois educador e passou a receber um salário, previsto nos convênios da entidade social com a Prefeitura, o Governo do Estado, enfim, as políticas sociais. Na data de nossa entrevista, já fazia três anos que ele trabalhava no Nasce. Em 2008, ele completa seis anos na instituição. A narrativa reencontra o “mundo legítimo” e o espaço em que estávamos sentados, em torno da mesa de plástico rígido. Nesse momento, modifica-se novamente o fluxo da descrição. E então, numa inflexão rápida, o depoimento de Pedro retoma os mesmos parâmetros de justificação iniciais. Ele reencontra a família, a religião e o trabalho; está de novo no “mundo legítimo”. Pedro recobra o fôlego e termina sua intervenção assim:

Nunca roubei uma caneta de ninguém. A única coisa que eu queria era ganhar dinheiro e saía para roubar para sustentar a casa. Mas a minha mãe me ensinou uma coisa: se você ver uma caneta em cima de uma mesa, você não pega porque é muita falta de respeito. Só roubei porque em casa estava passando muita necessidade, e roubava os outros, de fora... Quem tinha, e não quem não tinha. Quem não tinha eu ajudava, dava dinhei-

ro... Até hoje, com o que eu puder ajudar, eu ajudo. Fui me enturmando com o pessoal [*do Nasce*] e gostei das crianças. Nunca tinha visto umas crianças com esse sofrimento, diferentes, com deficiência em andar, estar dependendo dos outros para comer, para usar o banheiro... Minha prima é deficiente, mas eu nunca me envolvi com a minha prima. Ela não anda e não fala. Eu não tinha aquele contato com ela. Hoje eu tenho. Aqui eu aprendi a ter contato com as crianças e saber viver. Como fala? Não é só a minha dificuldade, que eu tenho em casa, financeira, que existe. Aqui, eu aprendi a ver criança que não anda ou que anda mas que não consegue falar, várias dificuldades, criança Down, e que passa fome também, e não rouba, não precisa roubar, e vive de uma forma diferente. A mãe sofre pra caramba porque tem um filho assim, doente. E eu fico colocando aquilo na cabeça. O pessoal foi me explicando como dar comida para eles, eu fui, comecei; tinha o maior medo, mas fui me acalmando. Acho que Deus fez uma vida nova na minha vida, consegui ter quase uma família, eu considero aqui uma família. Mais que uma escola.

Agora, hoje em dia, eu fiz um curso antes de ser registrado como Agente Jovem e isso me ajudou bastante. Porque tinha teatro, reciclagem, comunicação e computação. E aprendi bastante coisa. Tive contato com coisa que eu conheci quando eu era pequenininho e eu deixei, jogado fora, por um ódio que eu tinha guardado. Acho que o problema era mais a minha mãe, nunca pensei em perder a minha mãe na minha vida. Hoje em dia eu falo assim: "É, mas um dia todo mundo vai. Ela morreu de um jeito, doente... Deus, religião, não sei... Religião, cada um tem um estilo. Eu sempre vou numa religião, mas não sou daqueles [*muito dedicados*]. Só sei que acredito na palavra de Deus. Tudo que ele fez na minha vida até hoje, acredito só nele, só. A carne da minha mãe eu perdi, mas o espírito dela, virou um coração que entrou dentro do meu coração. E eu acho que a força dela, de cima, me fez ficar mais forte e acordar para a vida. Os outros podem falar besteira, mas ela é minha alma, é que mais me protege. A alma da minha mãe e Deus que me protegem, até hoje. Te falar que eu não tenho medo de arrumar briga hoje, eu não tenho, mas também eu não procuro ver.

Tem uns que têm cara feia comigo, mas sempre me respeitei para ser respeitado. Acho que o que vale mais no mundo é você ter respeito com o próximo. Acho que com isso você ganha confiança de ladrão e trabalhador. Acho mais certo.

Coexistência dos mundos, legitimidade em disputa

De volta ao mundo dos “trabalhadores”, Pedro pode dizer, com eles: “Nunca roubei uma caneta de ninguém”. Mas talvez motivado pela expressão do rosto dos entrevistadores, ele percebe que seria preciso elaborar um pouco mais a explicação. É nesse momento que a conversão religiosa, e a valorização do trabalho legítimo reaparecem. O depoimento se torna um “testemunho” religioso. E, como epílogo, Pedro elabora uma síntese do aprendizado obtido no transitar entre os dois lados da fronteira: “O que vale mais no mundo é você ter respeito com o próximo”. Assim, “você ganha confiança de ladrão e trabalhador”.

A frase é significativa. Pois, se ao seguir este mandamento obtém-se “confiança” dos dois lados da fronteira, é porque em ambos os domínios esse seria um princípio ordenador compartilhado. E se “o que vale mais” é esse princípio compartilhado, é porque, para viver, é preciso obter respeito dos dois lados. O código moral-religioso parece designar a sociabilidade “não desviante” em geral, definindo os critérios pelos quais ações e sujeitos poderiam ser considerados legítimos nos dois lados da fronteira. Não é à toa que a expressão “mundo” reaparece com outro sentido, neste contexto: não mais como expressão de universos circunscritos (do “crime” ou do “trabalhador”), mas como algo mais abrangente, que os contém. Nesse instante de síntese, a disputa pela legitimidade social, que acompanhava toda a narrativa, se demonstra ainda mais nitidamente. O “ladrão” aparece, pela primeira vez, no mesmo estatuto do “trabalhador” e Pedro sabe que, para estar bem, deve ser interlocutor respeitado por ambos. Para tanto, mesmo que ele esteja de volta ao mundo dos “trabalhadores”, deve permanecer pautado pela existência da fronteira. “Acho mais certo”.

No trabalho de campo não foi incomum encontrar essa síntese. Conheci muitos outros meninos e meninas que transitaram pelas fronteiras do “mundo do crime” em idas e vindas, gastando muita energia ao fazê-lo. Os percursos desses jovens são quase sempre similares ao de Pedro: estão invariavelmente presentes os circuitos cotidianos entre família, trabalho, judiciário, políticas sociais e “crime”, embora esteja também presente a condição identitária bipolar entre “traba-

lhador” e “bandido” (FELTRAN, 2008b). A literatura especializada em narrar esses percursos de vida é, por isso, recorrente (BARCELLOS, 2004; SOARES, BILL e ATHAÍDE, 2005, 2006, 2007, entre outros). Por singulares que sejam, e ainda que seus desfechos sejam múltiplos⁹, o desenho dos enredos que estruturam as trajetórias dos “meninos do crime” é também recorrente. Há sempre dinheiro e objetos de consumo circulando livremente entre os dois lados da fronteira, embora o transitar de indivíduos seja muito mais controlado. Há sempre a conversão das ilegalidades nas “mercadorias políticas” que descreve Michel Misse, ao mesmo tempo em que se delineiam as hierarquias sociais. Há sempre igrejas agenciando conversões como passaportes de saída e vistos de entrada, e há sempre instituições totais, armas, vítimas e tiroteios nas inflexões das trajetórias. Há, portanto, muita regularidade nas fronteiras que circunscrevem o “mundo do crime”, em São Paulo e em outras periferias do Brasil. Há regularidade, ainda, nas relações entre essas fronteiras e o conjunto das relações sociais.

Na pesquisa de campo, mesmo os jovens que nunca estiveram inscritos no “mundo do crime” – que representam a grande maioria da população – não puderam se esquivar de fazer referências a ele. O modo como as fronteiras “do crime” se aproximam de suas famílias e circuitos sociais é múltiplo, mas sempre evidente. Às vezes eram amigos de escola, primos ou irmãos que “se envolviam” em atividades ilícitas, sobretudo o narcotráfico; outras vezes seus pais, tios ou eles próprios recebiam convites para participar de ações criminais; invariavelmente, suas mães sublinhavam o orgulho que sentiam por ter filhos “resilientes”. Meninos e meninas nascidos em famílias de baixa renda, nas periferias da cidade, nos anos 1990, sabem que o “mundo do crime” é um domínio com o qual, querendo ou não, é preciso lidar. A coexistência entre o “mundo legítimo” dos trabalhadores, e o “mundo do crime” dos bandidos é uma condição instituída em suas vidas.

No plano etnográfico, é bastante evidente que o ordenamento social próprio desse “mundo do crime” tem expandido sua capacidade de impor parâmetros de organização social, e que a circulação de mercadorias, serviços e discursos pelas fronteiras que o circunscrevem é cada vez mais intensa. De outro lado, o fato de os fluxos que atravessam as fron-

9 O desfecho fatal dessas trajetórias é em geral acentuado nessa literatura. Em São Paulo, o homicídio de adolescentes e jovens ainda é significativo, embora muito menos freqüente nos últimos anos. A média de homicídios na capital, que vinha girando em torno de 30/100mil no final dos anos 1990, caiu progressivamente a partir de 2000. As taxas médias do distrito de Sapopemba decresceram também de modo progressivo e regular, de 209 homicídios em 2000 para 51 em 2007 (PRO-AIM, 2008). O principal fator dessa queda parece mesmo ser a pacificação, sempre precária, mas muito referida em campo, que o PCC promoveu desde que assumiu o “governo” do “mundo do crime” na cidade.

teiras do “mundo do crime” serem hoje mais intensos não faz com que estas fronteiras sejam menos operantes. Ao contrário, o aumento dos fluxos que as atravessam solicita um incremento na seletividade e no controle dessas fronteiras, controle exercido sobretudo no fluxo de pessoas, e que tem sido disputado entre os atores dominantes no mundo social “legítimo” e no negócio do “crime”. As fronteiras do “mundo do crime” passam a ser, nessa medida, espaços de disputa pelos sentidos do que é legítimo social e publicamente, e assim elas passam a interferir nas estratégias de gestão de territórios e populações, especialmente nas periferias urbanas.

Essa disputa pela legitimidade já é evidente do ponto de vista empírico. A depender do problema enfrentado, um jovem de Sapopemba pode, por exemplo, propor uma ação trabalhista ou exigir justiça em “tribunais” do PCC; pode integrar os atendimentos de uma entidade social ou pedir auxílio ao traficante. Pode, ainda, conseguir um emprego para entregar panfletos ou começar a trabalhar na venda de drogas no varejo. A depender do interlocutor, essas ações serão consideradas mais ou menos legítimas, e serão mais ou menos válidas discursivamente. Mas, nos fluxos cotidianos da vida, qualquer uma delas compõe igualmente repertórios de ação possivelmente legitimada.

Afirmei acima, com Rancière, que a política não se resume à disputa de poder em terrenos institucionais, mas pressupõe um conflito anterior, travado no tecido social, constitutivo da definição dos critérios pelos quais os grupos sociais podem ser considerados legítimos. É nessa perspectiva que a disputa pela legitimidade que emerge do exame das fronteiras do “mundo do crime”, nas periferias de São Paulo, sugere significados políticos bastante mais amplos.

Referências

- ADORNO, Sérgio [e] SALLA, Fernando. (2007), “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. Estudos Avançados: Dossiê Crime Organizado, nº 61. São Paulo.
- ALMEIDA, Ronaldo. (1996), A universalização do Reino de Deus. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Campinas.
- _____. (2004), “Religião na metrópole paulista”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, nº 56.
- BARCELLOS, Caco. (2004), Abusado: O dono do Morro Dona Marta. Rio de Janeiro, Record.
- BILL, MV [e] ATHAYDE, Celso. (2006), Falcão: Meninos do tráfico. Rio de Janeiro, Objetiva.
- _____. (2007), Falcão: Mulheres e o tráfico. Rio de Janeiro, Objetiva.
- BIONDI, Karina. (2008), A ética evangélica e o espírito do crime. Em: 26ª Reunião Brasileira de Sociologia, Goiânia. Anais da 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.
- Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas de trabalho infantil. (1999), Organização Internacional do Trabalho.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2004), “Isolamento, solidão e superfluidade: Sobre abismos cotidianos”. Em: KOFES, Suely (org.) Histórias de vida, biografias e trajetórias. Cadernos IFCH, nº 31. Campinas, IFCH/Unicamp.
- _____. (2005), Desvelar a política na periferia: Histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo, Associação Editorial Humanitas/Fapesp.
- _____. (2007a), “Vinte anos depois: A construção democrática brasileira, vista da periferia de São Paulo”. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo, Cedec.

- _____. (2007b), “A fronteira do direito: Política e violência na periferia de São Paulo”. Em: DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana. Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó, Argos.
- _____. (2008a) Fronteiras de tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Unicamp.
- _____. (2008b), “Trabalhadores de bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos”. Revista Temáticas, ano 30, Vol.15. Campinas, Unicamp.
- MARQUES, Eduardo [e] TORRES, Haroldo (orgs.) (2005), São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, Senac.
- MARQUES, Eduardo; GONCALVES, Renata [e] SARAIVA, Camila. (2005), “Assimetria e descompasso: As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990”. Novos Estudos Cebrap, Vol. 73, p. 89-108. São Paulo, Cebrap.
- MISSE, Michel. (2007), “Mercados ilegais, redes de proteção e organização do crime no Rio de Janeiro”. Estudos Avançados: Dossiê Crime Organizado, nº 61. São Paulo, IEA/USP.
- _____. (2006a), As ligações perigosas: Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. Em: MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- _____. (2006b), “O Rio como um bazar: A conversão da ilegalidade em mercadoria política”. Em: MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- _____. (2006c), “Sobre uma sociabilidade violenta”. Em: MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- PRO-AIM. Mortalidade no Município de São Paulo. (2008), Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://>

ww2.prefeitura.sp.gov.br/cgi/deftohtm.exe?secretarias/saude/TABNET. 2008. Acesso em: 21/05/08.

RANCIÈRE, Jacques. (1995), Políticas da escrita. São Paulo, 34.

_____. (1996a), O desentendimento. São Paulo, 34.

_____. (1996b), “O dissenso”. Em: NOVAES, Adauto (org.) A crise da razão. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (2005), A partilha do sensível: Estética e política. São Paulo, 34.

RIZEK, Cibele Saliba.(2006), “Comunidade e violência nas fronteiras da cidade”. Em: 25ª Reunião Brasileira de Sociologia, Goiânia. Anais da 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. (1979), Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV [e] ATHÁÍDE, Celso. (2005), Cabeça de porco. Rio de Janeiro, Objetiva.

TELLES, Vera da Silva [e] CABANES, Robert (orgs.) (2006), Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo, Associação Editorial Humanitas/IRD.

THÉVENOT, Laurent. (2006), L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement. Paris, La Découverte.